



Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm



Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm

Ata Executiva

1ª Reunião da Subcomissão Executiva do PPCDAm

DATA

16 de fevereiro de 2023

LOCAL

Brasília - Sala dos Ministros, Ministério do Meio Ambiente, 5º Andar – e participantes virtuais

PAUTA

Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas na Amazônia Brasileira – PPCDAm

PARTICIPANTES

Consultar lista de presença

Secretaria Executiva

Nome	Instituição	Email
Alexandre Avelino	MMA	alexandre.avelino@mma.gov.br
Ana Luiza Campos	MMA	ana.campos@mma.gov.br
Daniel Barbosa	MMA	daniel.barbosa@mma.gov.br
Diego M. C. Pereira	MMA	diego.pereira@mma.gov.br
Felipe Lima R. Barbosa	MMA	felipe.barbosa@mma.gov.br
Luciana Machado	MMA	luciana.machado@mma.gov.br
Marcia David	MMA	marcia.david@mma.gov.br
Monique Ferreira	MMA	monique.ferreira@mma.gov.br
Renê L. Oliveira	MMA/Ibama	rene.oliveira@ibama.gov.br

ASSUNTOS TRATADOS

João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do MMA) fez a abertura da reunião agradecendo a participação de todos. Informou sobre a reinstalação do Fundo Amazônia, na data de 15/03. A próxima reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) já receberá a revisão do PPCDAm para reorientação das ações para os novos projetos. Registrou ainda que, além dos recursos em caixa no Fundo, países como EUA e Alemanha deverão trazer aporte financeiro. Isto traz um cenário diferente de 2004, quando os recursos para a execução do PPCDAm eram majoritariamente orçamentários.



Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm

Gabriel Lui (Secretário Adjunto da Casa Civil) ressaltou a importância da reinstalação da Comissão Interministerial e da participação dos ministérios com representantes de alto nível. Destacou que a Casa Civil estabeleceu uma Secretaria Adjunta específica para acompanhamento da agenda de meio ambiente e mudança do clima.

André Lima (indicado para Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) destacou que o combate ao desmatamento não é um desafio setorial. Trata-se de uma responsabilidade que deve ser compartilhada por todos os órgãos para zerar o desmatamento antes de 2030. Apresentou as atividades e a agenda de trabalho para a instalação dos planos de combate ao desmatamento. Após, foi feita apresentação conjunta, por André Lima e Raoni Rajão (indicado para Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas), abordando:

- a. Histórico do PPCDAm;
- b. Taxas de Desmatamento;
- c. Situação Atual do Desmatamento;
- d. Descumprimento da Normativa Federal do CAR;
- e. Proposta do novo PPCDAm – base legal, governança, estrutura lógica, objetivos estratégicos e linhas de ação e quadro lógico;

Raoni Rajão destacou que o desmatamento está concentrado em 30% do território amazônico. Ressaltou o aumento, nos últimos anos, do tamanho dos blocos do desmatamento. Em 2022, quase 70% do desmatamento ocorreu em blocos acima de 25 hectares, com custo de cerca de R\$ 3.000,00/ha. Reforçou ainda a natureza especulativa do desmatamento, voltado ao lucro futuro. Ressaltou que, com uma ação estratégica, é possível reduzir o desmatamento nestes blocos em curto espaço de tempo e, posteriormente, avançar em agendas estruturantes de transformação socioeconômica. Apresentou ainda o perfil do desmatamento por categorias fundiárias. No caso de áreas rurais com CAR, apenas 2,6% concentram 60% do desmatamento.

Raoni citou também que a maior parte dos cadastros que se sobrepõem a terras públicas, terras indígenas e áreas embargadas ainda estão ativos, sendo necessária uma gestão da União sobre o assunto. Destacou ainda que, tendo em vista o desmatamento já acumulado no ano Prodes (agosto a dezembro de 2022), é necessário um esforço para que o desmatamento adicional seja menor.

Renê Oliveira (Analista Ambiental do Ibama, indicado para Coordenação Geral no Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas) destacou a importância do cumprimento do calendário proposto. Esclareceu que as informações apresentadas decorrem de uma pesquisa feita sobre os planos anteriores, somada às propostas do grupo de transição. Estas informações formam uma base para discussão e aperfeiçoamento pela Subcomissão.

Gabriel Lui esclareceu que a Subcomissão é um desdobramento da Comissão Interministerial. Reforçou a convocação para que os indicados liderem o processo em suas instituições e tragam as contribuições mais relevantes.

João Paulo Capobianco (MMA) ressaltou que a presença de titulares é obrigatória. Na próxima reunião, circulará lista fechada com nomes dos representantes.

André Lima (MMA) apresentou o seguinte Calendário de Reuniões/Eventos para Construção do PPCDAm:

- I. 01/03/23 – Eixo de Monitoramento e Controle



Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm

- II. 02/03/23 – Seminário Técnico Científico do PPCDAm
- III. 08/03/23 – Eixo de Instrumentos Normativos e Econômicos
- IV. 15/03/23 – Eixo de Ordenamento Fundiário e Territorial
- V. 22/03/23 – Eixo de Atividades Produtivas e Sustentáveis
- VI. 29 e 30/03/23 – Seminário de Fechamento dos Trabalhos
- VII. 31/03/23 – Envio do PPCDAm aos Ministérios (Comissão Interministerial) e à Presidência
- VIII. 13/04/23 – Lançamento do PPCDAm

João Paulo Capobianco (MMA) destacou que o processo de elaboração dos planos não exclui a implementação das ações emergenciais que já se encontram em andamento. Solicitou que os representantes de cada ministério se distribuam por eixos para a colaboração nas próximas etapas.

Moisés Savian (Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do Ministério do Desenvolvimento Agrário) informou ainda que o MDA já iniciou os trabalhos de revisão da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas. O ministério trabalhará na revisão do decreto, avaliação do regimento interno e verificação da base de dados georreferenciada. O objetivo é fazer o relançamento da câmara nos primeiros 100 dias de governo.

João Paulo Capobianco (MMA) destacou que uma das prioridades é rever decisões relativas à regularização tomadas na gestão anterior que não consideraram áreas de interesse ambiental.

Renata Miranda (Secretária de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação, Cooperativismo e Bioeconomia, do MAPA) convidou SFB, Incra e MDA para a atualização de um plano realizado e não lançado que vem ao encontro do eixo de atividades produtivas sustentáveis. O plano mapeou, na Amazônia Legal, territórios e cadeias produtivas prioritárias para execução de planos de trabalho conjuntos.

Matias Cardomingo (Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável, Ministério da Fazenda) manifestou interesse em colaborar nos eixos de atividades produtivas e instrumentos econômicos. Destacou a necessidade de articulação com outros atores, incluindo o Banco Central. Citou ainda a necessidade de análise de instrumentos normativos editados, como a Medida Provisória nº 1.151/2022, que regulamentou crédito de carbono em florestas públicas. Questionou ainda em que âmbito está o debate sobre a ação emergencial com os garimpeiros na TI Yanomami.

João Paulo Capobianco (MMA) destacou as ações de fiscalização realizadas pelo Ibama, Ministério da Defesa e Polícia Federal no território Yanomami. Foi decretada emergência sanitária no território, o que tem mobilizado ações de outros órgãos na área social. Destacou também que a fiscalização das distribuidoras de valores (Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários - DVTMs), que compram e comercializam ouro, é uma prioridade Comissão Interministerial e o envolvimento do Ministério da Fazenda é fundamental. Lembrou que outras terras indígenas também se encontram ameaçadas pela atividade garimpeira como o território Munduruku, no Tapajós, e o território Kayapó. Ressaltou que outro problema que requer ação emergencial são as autorizações de dragas nos rios das TIs.

Gabriel Lui (Casa Civil) informou sobre ações de saúde que estão sendo realizadas na TI Yanomani, além de ações de médio e longo prazo, baseadas Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI.

Dione Macedo (MME) informou que foi criado um grupo de trabalho dentro do Ministério de Minas Energia denominado GT Garimpo, para tratar das DVTMs. Citou ainda o Plano de Ação Nacional para atendimento à Convenção de Minamata (controle do mercado de mercúrio).



Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm

Rodrigo Agostinho (Ibama) informou sobre as ações de fiscalização, inteligência e informações compartilhadas com Funai e Polícia Federal. A primeira etapa da ação de comando e controle foi a finalização da logística dos garimpos na TI Yanomami. A segunda etapa é a instalação de barreiras ao longo dos rios. Houve redução significativa da movimentação na TI. Em janeiro, houve 67 hectares de área desmatada. Em fevereiro, ainda não foi detectado desmatamento.

João Paulo Capobianco (MMA) informou que foi feita solicitação formal ao grupo de emergência das Nações Unidas para apoiar ações de diagnóstico e tratamento no país.

Luiz Henrique Mourão (MCTI) informou sobre apoio do FNDCT, que lançou chamada específica destinada a pesquisas relativas ao mercúrio.

Raimundo Seixas (Abin) informou que tem interesse em contribuir para o monitoramento da entrada irregular de mercúrio no país. Ressaltou a importância de a fiscalização sobre garimpo do ouro focar no estrangulamento do material e equipamentos que alimentam um comércio irregular (dragas, por exemplo).

Cláudio Silva (Incra) ressaltou que a regularização fundiária tem relação importante no combate ao desmatamento e ilícitos ambientais em geral. Ressaltou a contribuição do Inpe e o uso do TerraClass como ferramenta de apoio nos processos de titulação em glebas públicas federais.

Rita Alves (MME) registrou a disponibilidade para colaboração com os eixos, incluindo o tema da análise e avaliação de obras com risco de contribuir para o aumento do desmatamento.

Manuela Amaral (MDIC) enfatizou a importância da Subcomissão para a proteção ambiental e proteção de receitas nacionais, ressaltando os riscos emergentes de restrição sobre as exportações brasileiras.

Janira Borga (MGI) registrou a importância de avançar na articulação com a SPU para o debate sobre a reestruturação da Câmara Técnica de Destinação.

George Yun (Ministério dos Transportes) informou sobre interesse em participar das discussões do eixo de instrumentos econômicos, em razão das vinculadas, entre elas, a Infra S.A.; de monitoramento e controle, haja vista a capilaridade das vinculadas; e de ordenamento territorial e fundiário.

Helcio Vieira (Censipam) informou que desenvolveu uma ferramenta de monitoramento denominada Painel do Fogo que está à disposição dos órgãos.

Marcio Walker (MD) informou sobre o Centro Conjunto de Operações, com ações de apoio logístico e inteligência às atividades do Ibama e da Polícia Federal na TI Yanomami. Ressaltou a importância do estabelecimento de prioridades para as ações de repressão, em razão das dificuldades logísticas e escassez de recursos.

Gabriel Lui (Casa Civil) ressaltou a importância do PPCDAm como um instrumento de priorização para os órgãos. É importante que as ações prioritárias dos órgãos estejam indicadas no plano, de modo a facilitar a sua viabilização.

Marcelo Marcelino (ICMBio) registrou o aumento do desmatamento nas unidades de conservação nos últimos anos e o desafio para reduzi-lo, bem como para dar seguimento às ações de consolidação nestas áreas.

Marcus Vinícius Alves (SFB) destacou os esforços recentes para a realização de concessões em áreas públicas não destinadas, que são as mais vulneráveis à grilagem e desmatamento. Neste sentido, há um pacote de



Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento
Subcomissão Executiva do PPCDAm

concessões em processo de conclusão no TCU. Hoje, a área sob concessão é de 1,3 milhão de hectares. A expectativa, com as ações em desenvolvimento, é ampliar em mais de 4 milhões de hectares até o fim do ano.

Juliana de Almeida (Funai) registrou, em relação ao monitoramento e controle, a necessidade de regulamentar o poder de polícia das equipes que trabalham na fiscalização. No eixo de ordenamento territorial e fundiário, ressaltou que, nos últimos 4 anos, não houve nenhum avanço no processo de demarcação. Destacou que, no ranking de áreas críticas da Funai, entre 20 e 25 terras indígenas concentram mais de 50% do desmatamento nas TIs.

Feitas essas considerações, os participantes indicaram os eixos em que a contribuição da instituição pode ser mais efetiva, conforme apresentado abaixo. Essa indicação não é taxativa nem restritiva, as instituições poderão analisar e contribuir em todas as reuniões:

Eixo I – Atividades Produtivas Sustentáveis: Ministério da Fazenda, MAPA, MDA, MME, MDIC, MCTI, Funai

Eixo II – Monitoramento e Controle: MJSP (PF), Abin, MCTI (Inpe), MD (Censipam), MMA (Ibama e ICMBio), Ministério dos Transportes, Funai

Eixo III – Ordenamento Territorial e Fundiário: MDA (Incra), Ministério da Gestão e Inovação (SPU), Ministério dos Transportes, Funai

Eixo IV – Instrumentos Normativos e Econômicos: Ministério da Fazenda, MAPA, MDA, MDIC, Ministério dos Transportes, Funai

Não havendo mais o que tratar, a reunião foi encerrada.

ENCAMINHAMENTOS

- I) Encaminhar às instituições documentos balizadores sobre o PPCDAm.
- ii) O MMA irá encaminhar convites para realização de reuniões bilaterais.
- iii) O MMA irá realizar as tratativas para organização das reuniões descritas na proposta de calendário.
- iv) O MMA sugeriu o dia 02/03 para a realização do seminário técnico-científico, que provavelmente será realizado no Censipam.